

--- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação dos Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e sete da Câmara Municipal de Óbidos;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração aos Protocolos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Óbidos para dois mil e oito;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração Simplificada do Plano Director Municipal de Óbidos;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – Plano de Salvaguarda de A da Gorda;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Protocolo de Doação da Colecção Frederico Pinto Basto – Guerras Peninsulares;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo Intermunicipal do Planalto das Cesaredas;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração do Código de Posturas Municipais – Capítulo II – Dos Bens do Domínio Público ou Destinados ao Logradouro Comum – Secção II – Da Iluminação Pública, Jardins e Monumentos;-----

--- Ponto número nove – Actualização das Quotas dos Associados da ANP – Associação Nacional de Pêra Rocha, para conhecimento;-----

--- Ponto número dez – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número onze – Período fora da ordem do dia.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência do Senhor Deputado Hernâni José Leal Pedras.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

--- O Senhor Deputado Frederico Garcia, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal propôs que as actas fossem elaboradas de uma forma resumida, em vez da forma exaustiva como estava a acontecer até à presente data, tendo os Senhores Deputados concordado com o proposto.---

--- **PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -
O Senhor Deputado José Filipe, em nome dos Presidentes de Junta de

Freguesia, apresentou o voto de louvor que a seguir se transcreve: “Voto de Louvor – Considerando a disponibilidade e empenho da Câmara Municipal de Óbidos, em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho de Óbidos, na solução de problemas comuns. Considerando a confiança que a Câmara Municipal de Óbidos tem depositado nas Juntas de Freguesia do Concelho de Óbidos. Considerando o crescente aumento das verbas transferidas da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia do Concelho de Óbidos, no último mandato, ao abrigo dos protocolos de delegação de competências, a saber: Dois mil e seis – Trezentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos; Dois mil e sete – Quinhentos e cinquenta e seis mil oitocentos e dezanove euros e quarenta cêntimos; Dois mil e oito – Setecentos e trinta e nove mil setecentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos. Tendo em consideração o exposto, propõe-se a aprovação de um voto de louvor à Câmara Municipal de Óbidos, pela forma leal, empenho, confiança, disponibilidade e esforço que tem demonstrado na sua relação com as Juntas de Freguesia do Concelho de Óbidos. Óbidos, trinta de Abril de dois mil e oito. Os Proponentes – Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho de Óbidos.”. Posto à votação, foi o voto de louvor aprovado por maioria, com dezassete votos a favor e quatro abstenções, Aprovado em minuta por unanimidade. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em nome do Executivo Camarário, agradeceu o voto de louvor.-----

--- O Senhor Deputado Frederico Garcia deu informações sobre a mini Assembleia Municipal, que decorreu durante a manhã do presente dia.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço, em nome do Grupo Municipal do PS, apresentou a moção que a seguir se transcreve: “Moção – Atendendo a que: O nosso Concelho acaba de ser inequivocamente prejudicado com a decisão de mudar a construção do novo aeroporto da Ota para Alcochete; O Governo Central, reconhecendo os prejuízos que tal decisão acarreta para o Oeste, aceitou incluir entre as justas contrapartidas a que teremos direito, a construção de uma nova unidade hospitalar; Óbidos e o seu Concelho é o maior Centro Turístico do Oeste, como sempre tem sido reconhecido, sendo até, por isso, a sede da Região de Turismo do Oeste. Durante grande parte do século vinte funcionou na Vila, exactamente intra-muros, um hospital que foi o orgulho de todos os Obidenses; Grande parte da segurança social e saúde da população do Concelho gravitou à volta da Santa Casa da Misericórdia e do Hospital que dela fazia parte; Um hospital na área do Concelho é o reavivar de um orgulho perdido e não olvidado; Neste momento de viragem para novos projectos que engrandecem o Oeste e aumentem consideravelmente a qualidade de vida, mormente a saúde, dos Oestinos, devem os Obidenses afirmar a sua posição em defesa de um novo hospital; O Grupo Municipal do PS apresenta a seguinte Moção: A Assembleia Municipal de Óbidos decide aprovar uma moção a apresentar

ao Governo Central para que seja decidido implantar o novo hospital Oeste Norte, preferencialmente na fronteira entre os Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, em terrenos dos dois Concelhos – na zona entre São Cristóvão e Gaeiras – a escassa distância das duas auto-estradas A oito e A quinze, por ser essa a melhor forma de servir toda a área do Norte do Oeste, só assim se podendo proteger cabalmente as populações de toda a zona Oeste, nomeadamente os Concelhos de Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha e Óbidos. Mais se solicita que, do teor desta Moção, seja dado conhecimento às entidades oficiais. O Grupo Municipal do PS.” O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que leu na Gazeta das Caldas, o que vem na moção, da autoria do Senhor Vereador José Machado. Congratula-se com a ideia e aprova a moção. O Senhor Deputado José Oliveira disse que se congratula com a criação de um hospital. Não concorda com a indicação de um local, sem serem efectuados estudos. Interessa um hospital que preste bons serviços e que substitua os serviços que vão para Coimbra ou Lisboa. Não está preocupado com a localização, mas sim com a construção de um bom hospital. Congratula-se se for no Concelho de Óbidos. O Senhor Deputado João Lourenço disse que a moção é de natureza genérica. O que interessa é ter um hospital nesta zona e que sirva o maior número de população possível. Queria que fosse esta Assembleia Municipal a primeira entidade em Óbidos a tomar posição sobre o assunto. A moção está aberta a melhorias e rectificações. O Senhor Deputado José Capinha disse que a questão do hospital deve ser ponderada. O que deve ser aprovado nesta Assembleia Municipal é uma vontade de participar na solução da escolha. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este assunto já foi discutido na Câmara Municipal. A questão da localização é consensual, mas ninguém pergunta qual é. O Senhor Vereador José Machado não teve uma ideia original, nem é o autor desta localização. A paternidade da localização cabe ao Gabinete de Estudos do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha. Acha bem que a Assembleia Municipal seja a primeira entidade em Óbidos a pronunciar-se, mas não acredita que o hospital vá ser construído. O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que falou no Senhor Vereador José Machado baseado num jornal. Tenha sido o Senhor Vereador, tenha sido o Gabinete de Estudos do Hospital, tenham sido os Senhores Presidentes das Câmaras de Óbidos e Caldas, os seus parabéns mantêm-se. Quanto à localização disse que quer o melhor para Óbidos. O Senhor Deputado João Lourenço disse que ou votam contra ou então propõem uma alteração quanto à localização. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estão de acordo quanto à localização. O Senhor Deputado José Oliveira disse que o Grupo Municipal do PSD é favorável à moção, sendo no entanto preciso estudar qual é a sua melhor localização e as mais valias que pode trazer para o Concelho. A moção deve ser ajustada à realidade. Como não houve mais intervenções, foi a moção posta à votação, tendo

sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção. Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto S/ Moção de Implantação Novo Hospital Região Oeste: Ponto um - O Grupo Municipal do PSD votou favoravelmente esta Moção, por considerar que a construção desta unidade de saúde é uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento da região onde a unidade de saúde se insere, nomeadamente o Concelho de Óbidos; Ponto dois - O Grupo Municipal do PSD, entende no entanto, que a centralidade das novas Instalações Hospitalares, deve ser alvo de estudos aprofundados, que tenham em conta o interesse da população de toda a Região servida e as acessibilidades à nova unidade; Ponto três - O novo Hospital deve localizar-se numa zona de fácil acesso, através de auto-estradas ou vias rápidas, sem ter que se pagar portagens e próximo da ferrovia, transporte cuja reabilitação deve constituir uma prioridade para a Região Oeste. Aliás, os estudos desenvolvidos pelo Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, cuja proposta foi seguida pelo Grupo Municipal do PS, apontam neste sentido e são portanto consensuais; Ponto quatro - O novo Hospital a construir, deve ter as suas competências alargadas, semelhante aos hospitais centrais, de tal modo, que a População da Região servida (concelhos de Alcobaça, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior e Torres Vedras), não tenha que se deslocar como hoje, para Lisboa, Leiria ou Coimbra, para ser assistida em especialidades inexistentes na região, cuja população é superior a trezentos e cinquenta mil habitantes. Óbidos, trinta de Abril de dois mil e oito. O Grupo Municipal do PSD-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho perguntou se houve, ou vai haver, alguma candidatura da Câmara Municipal para construção de centros escolares. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que vão submeter três candidaturas, sendo duas referentes a dois novos complexos escolares. Com isto é encerrado o ordenamento educativo. Um complexo é no Casal do Alvito, na zona norte do Concelho, para servir as Freguesias de Gaeiras e A dos Negros, e o outro é na zona da Quinta do Furadouro, na zona sul do Concelho, para servir as Freguesias de Sobral da Lagoa, Vau, Amoreira e Olho Marinho. A terceira é para o mobiliário e criação de mais uma sala polivalente no actual complexo escolar de Óbidos.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues agradeceu o livro que lhe foi oferecido e a Assembleia Municipal infantil que se realizou. Sobre o voto de louvor disse que a delegação de competências que a Câmara Municipal tem vindo a fazer nas Juntas de Freguesia, tem uma contrapartida financeira para as competências que são delegadas, pelo que a aprovação do voto de louvor é uma pouco descabida. O Senhor Deputado José Filipe disse que no passado as Juntas de Freguesia andavam a mendigar e recebia cinquenta contos por sala de aula. No último ano nem isso recebeu. O

Senhor Deputado Vítor Mata disse que esteve presente no Congresso das Freguesias que se realizou na Madeira e o assunto da transferência de verbas para as Freguesias foi debatido. Nos outros Municípios essas transferências não são feitas, e as que são efectivadas são escassas.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço protestou contra a Revista Rio, porque não dão notícias sobre o que se passa na Assembleia Municipal e as suas deliberações. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu uma carta que lhe foi dirigida pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Frederico Eduardo Pinto Basto Lupi, na qual agradece o apoio que recebeu por parte desta Assembleia Municipal. Em nome de todos desejou-lhe as melhoras.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de quatro novos pontos na ordem de trabalhos, a saber: Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e sete da Óbidos Patrimonium, E.M., para conhecimento; - Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e sete da Óbidos Requalifica, E.M., para conhecimento; - Apreciação e eventual aprovação do Sétimo Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal sobre o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas. Posta à votação a inclusão dos quatro novos pontos na Ordem de Trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade, passando a ter a seguinte numeração: - Ponto número onze – Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e sete da Óbidos Patrimonium, E.M.; Ponto número doze – Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e sete da Óbidos Requalifica, E.M.; Ponto número treze – Apreciação e eventual aprovação do Sétimo Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal sobre o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; Ponto número catorze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas; Ponto número quinze – Período fora da ordem do dia. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E SETE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quarenta, de vinte e um de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e sete da Câmara Municipal de Óbidos. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a leitura que se faz da execução orçamental do ano de dois mil e sete não é muito diferente da das execuções anteriores. É visível que a Câmara Municipal tem uma execução financeira que se pode qualificar de tranquila. O Município consegue continuar a apresentar contas dos orçamentos

executados que são positivas. O sentido de voto do Grupo Municipal do PS é favorável, estimulando, com isso, o Município a manter este rumo. Referiu que as verbas atribuídas à Empresa Municipal Óbidos Patrimonium foram transferidas na sua plenitude, enquanto algumas rubricas do orçamento, que considera mais relevantes, têm execução nula. Está-se a referir aos projectos Óbidos Concelho Digital e Óbidos Online, ao programa Melhor Idade, à Habitação Social, à Requalificação Urbana, ao Saneamento, ao Óbidos Carbono Social, ao Desenvolvimento Rural e à Segurança Rodoviária. É de louvar que os níveis de execução sejam significativos. O Senhor Deputado José Oliveira disse que se congratula com as contas. Deu os parabéns à Câmara Municipal. Tem uma execução orçamental nunca vista no Concelho de Óbidos. Há uma criação de mais valias para o Concelho. O crescimento nas receitas ultrapassa os trinta por cento e as despesas cerca de vinte seis por cento. A Câmara Municipal passou a ter crédito. A liquidez atingiu os oitenta por cento e a autonomia financeira atingiu os oitenta e três por cento. O Município recuperou a sua dívida. Agradeceu o empenho de todos os colaboradores da Câmara Municipal, para que se conseguisse chegar aos números que foram apresentados. O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou a simpatia do Grupo Municipal do PS ao dizer que vota favoravelmente as contas. Se a um ano das eleições e do fim do mandato, a oposição vem dizer que em Óbidos as contas são boas, antevê muitas dificuldades para a mesma, no ano das eleições, porque as contas em dois mil e oito ainda vão ser melhores. Não vale a pena a Câmara Municipal ser conhecida por bons projectos e por más contas. Não é possível ter bons projectos, visões, sonhos, se não tiverem boas contas. Valorizam as contas da Câmara Municipal. Continuam criadas todas as condições de confiança para que o investidor municipal, que é a Câmara Municipal, crie emprego e continue a investir. Se poderem poupar na despesa prevista tanto melhor. Se existem programas sociais em que a despesa corrente é noventa por cento com recursos humanos, ela está classificada na rubrica dos vencimentos e dos salários. Não se pode fazer uma interpretação política sobre a informação financeira, porque nem sempre é reveladora da capacidade de realização e da execução qualitativa. Há imenso trabalho que os funcionários da Câmara Municipal produzem que não é visível. Não recorreu ao crédito para pagar a tempo e horas. Sem boas contas não há bons projectos. Na área da cultura as despesas estão na Óbidos Patrimonium. O Município de Óbidos tem contas invejáveis e tem uma situação financeira muito significativa. Estão a ter uma boa capacidade, estão a distribuir, estão a fazer investimento e têm a capacidade de apresentar escolas, que em vez de custarem quinhentos mil euros cada uma, custam perto de cinco milhões de euros. Conseguem fazer boas iniciativas, que trazem investidores, que criam emprego ou que conseguem abrir áreas muito interessantes, podendo criar novas fontes de

riqueza, com muito pouco dinheiro. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que se a moção que os Senhores Presidentes de Junta quiseram fazer ao Executivo Camarário, foi um acto de simpatia, é algo que diz respeito aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta e o Senhor Presidente da Câmara Municipal é livre de a qualificar como tal. Qualificar as suas palavras e o sentido de voto como um acto de simpatia relativamente ao Executivo Camarário é que já não é correcto. O que fizeram foi manter uma linha coerente, que tem existindo no comportamento do Grupo Municipal do PS. Disse para o Senhor Presidente da Câmara Municipal não se preocupar com dois mil e nove. Quando os eleitores elegem Presidentes de Câmara, não estão a eleger conselhos de administração, estão a eleger políticos para exercer politica. O PS tem as suas opções, são diferentes das do PSD, são essas que são discutidas em dois mil e nove, sejam quais forem os protagonistas e caberá aos Municípios de Óbidos escolher aquele que preferem para os governar nos próximos quatro anos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que só quis saudar a simpatia. É politicamente relevante que o PS ache que as contas são boas. Como não houve mais intervenções, foram os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e sete da Câmara Municipal de Óbidos, postos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor os Mapas de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Óbidos do ano de dois mil e sete, em sessão de trinta de Abril de dois mil e oito, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – Globalmente o Município de Óbidos continua a apresentar contas que, atendendo à situação de muitas autarquias do país se podem considerar sustentadas e equilibradas. O recurso ao crédito não tem sido usado como forma privilegiada de financiamento da autarquia e o volume de despesa com pessoal encontra-se dentro dos parâmetros considerados satisfatórios. Esta é a razão que, objectivamente, leva o Grupo Municipal do PS a votar a favor da Conta de dois mil e sete não sem referir que esta é a expressão de um Orçamento contra o qual votámos. Dois – Refira-se, no entanto, que o Município de Óbidos é capaz de gerar receita que permite esta gestão equilibrada, uma vez que se encontra entre os dez municípios do país com mais receita per capita. Três – Contudo, aspectos há nas Contas de dois mil e sete que merecem a apresentação de uma declaração de voto, que resulta do exercício normal dos direitos inerentes a uma oposição que se quer exigente e objectiva. Quarto – O Relatório de Gestão enfoca, uma vez mais, a receita, mas não reflecte o mesmo destaque ao aumento da despesa, sendo que a despesa corrente mais que triplicou entre dois mil e um e dois mil e sete. Cinco – Mas mesmo as receitas, que aumentaram igualmente, sustentam-se excessivamente nos impostos

directos. Seis – Considerando as crescentes transferências de competências para as empresas municipais e para as freguesias, continua a verificar-se em relação a dois mil e sete um aumento das despesas com pessoal. Sete – Digno de nota o facto de a receita ter prevista uma dotação de cerca de vinte e seis milhões de euros e de apenas terem sido executados menos de vinte milhões de euros. É a mais baixa execução dos últimos anos. Oito – Acresce que, apesar de a Óbidos Patrimonium Empresa Municipal não ter organizado o Festival de Chocolate em dois mil e sete, a verba transferida pela Câmara Municipal ter sido em muito superior à de dois mil e seis. Nove – Aliás, esta é a rubrica em que se verifica uma execução plena, contrastando com muitas outras em que a execução é nula. Dez – Há reforços de despesa que não podem deixar de se considerar algo intigrantes já que incidem sobre rubricas que não estão suficientemente identificadas e que estão registadas como “Outras”. Em trinta de Abril de dois mil e oito – O Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE ÓBIDOS PARA DOIS MIL E OITO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sessenta e nove, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Alteração aos Protocolos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Óbidos para dois mil e oito. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração aos Protocolos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Óbidos para dois mil e oito, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número setenta, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Alteração Simplificada do Plano Director Municipal de Óbidos. A Senhora Deputada Anabela Corado alertou para o facto das alterações poderem criar expectativas noutras pessoas. O Senhor Deputado João Lourenço disse que faltava em documento, peça desenhada. Perguntou se era normal proceder a estas rectificações. O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que é a primeira vez que se propõe este tipo de alteração e deve-se ao facto de ter havido incompatibilidade de cartografia. Como são cartas feitas à mão, têm erros, os quais demonstrou através da projecção das cartas. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração Simplificada do Plano Director Municipal de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado

em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – PLANO DE SALVAGUARDA DE A DA GORDA:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e quarenta e sete, de dezanove de Março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – Plano de Salvaguarda de A da Gorda. O Senhor Deputado João Lourenço disse que a planta de implantação não foi enviada. A opinião das pessoas de A da Gorda é favorável. Perguntou se estão previstos, a curto ou médio prazo, planos para as outras povoações do Concelho. Disse que era urgente a Usseira ser objecto de uma requalificação. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Óbidos está em curso. O Governo não está a financiar à mais de um ano o GTL. É sobre o Largo de Santo António em A da Gorda e todo o conjunto de artérias, que se estabelece o Plano. No futuro vão tentar ter mais instrumentos de gestão para defender determinados centros, mas que sejam efectivamente centros históricos. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – Plano de Salvaguarda de A da Gorda, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DOAÇÃO DA COLECCÃO FREDERICO PINTO BASTO – GUERRAS PENINSULARES:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e quarenta e oito, de dezanove de Março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Protocolo de Doação da Colecção Frederico Pinto Basto – Guerras Peninsulares. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que este ponto demonstra a capacidade de uma Autarquia em salvaguardar os espólios e arquivos importantes. Seria imperdoável o Município não fazer tudo o que estava ao seu alcance para garantir a preservação, a defesa e a valorização do património. É um património muito importante e muito raro, inédito até. Tem também como missão, agregar a uma outra acção, que tinha sido desencadeada no final dos anos sessenta, com a doação de armaria e uniformes que integrou a colecção do Museu Municipal. Vão avançar com um museu das memórias das guerras peninsulares em Gaeiras. A colecção que estava no Museu Municipal vai-se juntar à outra colecção, que faz parte deste inventário, e integrará o espólio do Museu das guerras peninsulares. Venceu a importância da Casa das Gaeiras e de todo o seu património. Agradeceu ao Senhor Frederico Pinto Basto a doação efectuada. Vão abrir concurso para a construção do Museu, que irá

requalificar o Largo de São Marcos em Gaeiras. A Senhora Deputada Anabela Corado disse que não foi enviado o inventário. O Senhor Deputado João Lourenço disse que aprova e agradeceu reconhecidamente a doação do Senhor Frederico Pinto Basto, a qual merece todo o louvor. O Senhor Deputado Eduardo João congratulou-se com a doação da colecção. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o inventário não foi enviado, dado o seu volume. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Protocolo de Doação da Colecção Frederico Pinto Basto – Guerras Peninsulares, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO INTERMUNICIPAL DO PLANALTO DAS CESAREDAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil quinhentos e oitenta e oito, de cinco de Março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta do Protocolo Intermunicipal do Planalto das Cesaredas. O Senhor Deputado José Filipe expressou, em nome da freguesia do Olho Marinho, o agradecimento de finalmente se olhar para o Planalto das Cesaredas, que alberga um património enorme. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Protocolo Intermunicipal do Planalto das Cesaredas, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS – CAPÍTULO II – DOS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO OU DESTINADOS AO LOGRADOURO COMUM – SECÇÃO II – DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, JARDINS E MONUMENTOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Alteração ao Código de Posturas Municipais – Capítulo II – Dos Bens do Domínio Público ou Destinados ao Logradouro Comum – Secção II – Da Iluminação Pública, Jardins e Monumentos. O Senhor Deputado João Lourenço disse que quando foi apresentada esta proposta de alteração, pretendeu fazer umas sugestões, mas quando as quis apresentar já tinha passado o prazo indicado no Diário da República. Concorda com tudo, menos com o artigo noventa e dois, número cinco. Propõe que este artigo tivesse a seguinte redacção: “Os proprietários dos prédios urbanos situados na área do perímetro histórico e arrabaldes são obrigados a manter em adequado estado de conservação, limpeza, rega e outros cuidados, todos os objectos de adorno e embelezamento das fachadas, designadamente vasos, suspensos ou não, floreiras, canteiros ajardinados, placas, letreiros, toldos e outros.”. Quanto à fixação da coima, propõe uma coima mínima de trinta euros. Propõe também que o artigo noventa e oito tivesse a seguinte

redacção: “Os proprietários de todos os suportes ou acessórios de embelezamento, indicação ou publicidade, deverão conservá-los em adequado estado de limpeza e funcionamento.”. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não querem cobrar a multa. A prática da aplicação do Código de Posturas não tem sido essa. Grande parte dos proprietários não consegue regar e manter os vasos. Quem faz isso são quatro funcionários do Município. A imagem que temos da vasaria existente no Centro Histórico, é em boa parte municipalizada. Não pode haver a ideia que Óbidos é cada vez mais uma coisa, de alguma maneira, artificializada, porque a Câmara Municipal tudo faz, e se não faz, nada existe. Não multam as pessoas por não caírem, por terem números de polícia todos diferentes. Estimulam essa diferença. Querem uma casa caiada, mas não a rua toda. Não faz sentido é terem funcionários ao lado dos proprietários a fazer aquilo que não lhes compete. É isso que se pretende acabar como Código de Posturas. A ocupação do espaço público é muito mais preocupante. Não se pode andar na Rua Direita com tanta tralha marroquina, que não dignifica o espaço público. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues sublinhou as duas ideias que ficaram das palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal: relatividade sobre questões do património e artificialismo. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração do Código de Posturas Municipais, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – ACTUALIZAÇÃO DAS QUOTAS DOS ASSOCIADOS DA ANP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÊRA ROCHA, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil quinhentos e oitenta e nove, de cinco de Março do corrente ano, remetendo para conhecimento a Actualização das Quotas dos Associados da ANP – Associação Nacional de Pêra Rocha. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZ – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado João Lourenço disse que a informação não obedece aos requisitos exigidos por Lei e pelo Regulamento. Solicitou o envio da lista actualizada dos processos que estão em Tribunal. O Senhor Deputado Vítor Rodrigues disse que na informação não constam todas as actividades realizadas pelas Associações, nomeadamente a nível desportivo e cultural. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a

informação é uma síntese da actividade mais relevante do Município entre Assembleias ordinárias, e não das Associações. Informou que o Município iniciou um processo de modernização administrativa, muito relevante para a criação de condições e aumento de produtividade dos funcionários municipais, visando uma melhor capacidade de resposta e de qualidade junto dos Municípios. Ganharam a candidatura ao programa, liderando a candidatura europeia, que visa desenvolver os aspectos da criatividade em zonas de baixa densidade. Durante o mês de Junho, vai-se realizar na Vila de Óbidos, um evento intitulado “Junho das Artes”. A candidatura faz parte de uma estratégia de cooperação internacional e que terá também a criação da rede nacional, num vasto programa de criatividade que pretende transformar Óbidos numa indústria criativa. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO ONZE – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E SETE DA ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.M., PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número setenta e um, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento o Relatório e Contas do ano de dois mil e sete da Óbidos Patrimonium, E.M..O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que há contrastes que são preocupantes. A Óbidos Patrimonium refere um aumento de execução financeira e um aumento de receita, relativamente ao ano anterior. Porque razão é que havendo aumento de receita há um aumento significativo do contrato programa de apoio à empresa. Os custos com pessoal, relativamente a dois mil e seis, duplicaram. O resultado líquido desceu para metade, relativamente ao valor que era apresentado em dois mil e cinco. As remunerações do Concelho de Administração aumentaram. O Grupo Municipal do PS já pediu o envio de alguns elementos à Câmara Municipal, relativos às pessoas que compõem o Conselho de Administração e à sua remuneração, para que se possa fazer uma avaliação relativamente às novas obrigações e impedimentos que decorrem da nova Lei da Finanças Locais. O Fiscal Único passou a ganhar três vezes mais do que ganhava em dois mil e cinco. O Senhor Deputado José Oliveira disse que o resultado líquido não desceu. Há investimento na empresa, a qual continua a crescer. Há uma valorização da empresa em património próprio, bem como um aumento do capital próprio. O Senhor Deputado José Capinha disse que as contas têm que ser claras e correctas. Entende que as análises que fazem deviam ser mais amplas. Não ouvia questões de fundo. Deviam dar ideias e contributos. A actividade da empresa é de louvar. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que trouxeram à Assembleia Municipal, por diversas vezes, questões de fundo sobre as empresas. O Senhor Deputado José Capinha disse que a questão que colocou não foi sobre a opinião do Grupo Municipal do PS relativamente às empresas municipais, que é clara, foi sobre a actividade

das mesmas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as contas das empresas municipais foram enviadas à Assembleia Municipal por uma decisão de natureza política. Não há obrigatoriedade legal de dar conhecimento à Assembleia Municipal. Dão conhecimento porque têm uma política de transparência. Existe muita responsabilidade nos actos praticados pelos eleitos. As contas não podem ser vistas de maneira enviesada. Os contratos programa têm a ver com o desporto. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a bancada do PS não colocaria, por dinheiro nenhum, nas muralhas do castelo, chapas de bandeiras a uma empresa multinacional de chocolate. Vender o festival de chocolate, que se quer que seja uma iniciativa de qualidade, a uma empresa como a Nestlé, que fornece produtos de qualidade mediana, não trás nenhuma garantia de qualidade a uma iniciativa como aquela que a Câmara Municipal deseja ter, que Óbidos, eventualmente, merece, que é um Festival Internacional de Chocolate com qualidade, com os melhores chocolateiros a virem a Portugal. Se Óbidos quer estar na vanguarda, não seja um estandarte para uma empresa, da qual recebe algum dinheiro, que não é tanto quanto isso. Se querem um festival de qualidade cortem com a Nestlé, porque não tem qualidade para aquilo que o Município e o Concelho de Óbidos merecem. Façam do Festival Internacional de Chocolate uma efectiva câmara de apresentação do bom chocolate que há a nível mundial. Regista com agrado que a Câmara Municipal tenha trazido as contas das empresas municipais à consideração da Assembleia Municipal. No dia em que por qualquer motivo, o Executivo Camarário, deixe de trazer à Assembleia Municipal as contas das empresas municipais, o Grupo Municipal do PS pede, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal vai ter que as dar. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.--

--- PUNTO NÚMERO DOZE – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E SETE DA ÓBIDOS REQUALIFICA, E.M., PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número setenta e dois, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e sete da Óbidos Requalifica, E.M.. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que os projectos que a Óbidos Requalifica tinha em dois mil e seis são os mesmos projectos que tem em Maio de dois mil e oito e que vai desenvolver. Parece que a empresa está há três anos a fazer a mesma coisa. O plano de actividades da empresa continua a ser um manancial de fotos, croquis e projectos de coisas que se vão fazer, mas não se percebe o que foi feito. Não se sabe que empresas foram apoiadas pelo programa Finicia. Pediu explicações sobre proveitos extraordinários de oitocentos e noventa e oito mil euros. Não existe referência à habitação social. Há muito pouco relacionado com questões de reabilitação. Não têm referência sobre questões ambientais. Continua a desenvolver a sua actividade sem recurso a

contratos programa. O Senhor Deputado José Oliveira disse que os proveitos extraordinários provêm da venda de imobilizado. O Senhor Deputado Vítor Mata disse que espera que o Centro Multiserviços de A dos Negros e o Loteamento sejam concluídos com a maior brevidade possível. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO TREZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO SÉTIMO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O REGIME JURIDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sessenta e oito, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação o Sétimo Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal sobre o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. O Senhor Deputado João Lourenço disse que o legislador ao criar a informação prévia retirou as taxas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tinham que apresentar os projectos todos. Têm é um prazo para a resposta. Se não houver resposta nesse prazo a pessoa pode começar a obra. O Senhor Deputado João Lourenço disse que a diferença é só na aprovação tácita. Como não houve mais intervenções, foi o Sétimo Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal sobre o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CATORZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número setenta e um, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas. A Senhora Doutora Alexandra Almeida, funcionária da Câmara Municipal de Óbidos, disse que no âmbito da Lei das Finanças Locais, as contas de dois mil e sete, têm que ser objecto de certificação legal. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues perguntou se as contas já tinham sido certificadas. A Senhora Doutora Alexandra Almeida disse que sim. Em Novembro do ano passado, foi proposto ao Município de Óbidos se queria estar incluído num procedimento conjunto, a promover pela AMO, para adjudicação deste tipo de serviço. Por vários motivos esse procedimento foi-se atrasando e verificaram que não havia tempo útil para cumprirem a Lei, pelo que avançaram de modo a conseguirem cumprir a certificação legal. Devido a esse atraso só foi possível adjudicar os serviços no início do mês de Abril. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que é uma situação um bocado peculiar. Temos duas entidades, em que uma delas já prestou serviços. A Senhora Doutora Alexandra Almeida disse que uma já prestou e a outra

não se mostrou disponível para apresentar a certificação das contas a tempo. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que acabam por rectificar o procedimento, sendo um arrepio à Lei. Para o ano estas coisas podem ser feitas com mais tempo. O Senhor Deputado João Lourenço disse para deixarem tudo bem feito, por causa do Tribunal de Contas. O Senhor Vereador Humberto Marques disse que o que está previsto na Lei é a aplicação de uma coima. O que se está a tentar evitar é o seu pagamento. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que lamenta a forma como o processo foi conduzido pela AMO. O Senhor Deputado João Lourenço disse que a Assembleia aprova, rectificando todo o processado. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUINZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Municípios presentes. O Município Senhor José Figueiroa Rego, residente na Quinta do Bom Sucesso, perguntou se o plano de estrutura para a área do Bom Sucesso está acessível aos Municípios. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o plano seguiu para a CCR. Quando se estiver no momento de abertura de um procedimento que configure instrumento de gestão territorial, haverá um inquérito público. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas e cinquenta minutos do dia um de Maio do corrente ano. E eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----